

Palavras CLARAS

Um nosso colaborador comentou ligeiramente, no penúltimo número do nosso jornal, o lastimável esquecimento sob o qual passou este ano a data esperançosa do 23 de Setembro, ou seja, o aniversário da publicação do Estatuto do Trabalho Nacional.

Aquêle levíssimo comentário suscitou reacções diferentes conforme o estado de espírito de quem o leu. Enquanto uns aplaudiram a energia e o desassombro com que se começava o toque de rebate, outros alarmaram-se, achando extemporâneo e impertinente abuso vir assim para público com tão descabida rabugice.

A redacção do jornal, e quem nela é responsável, pesou, mediu, contou todos os prós e contras daquele comentário e acabou por decidir que deveria ser publicado.

Consciente ainda da sua responsabilidade, volta à carga, não para se armar em fácil criticador do que se não faz e se poderia fazer, mas no intuito de chamar a atenção para o muito que urge fazer e desfazer.

Temos vivido um tempo trágicamente anormal. Temos tido necessidade de enfrentar e resolver problemas gravíssimos que a anormalidade do tempo nos apresenta. E, mais ainda, temos tido necessidade de deixar no esquecimento os problemas sociais para acudir a outros mais aflitivos e talvez mais urgentes.

Tudo isto é certo e, porque o é, não devemos cair no fácil exagêro de condenar pura e simplesmente a apatia e o desânimo em que vem caindo ultimamente a vida social e a actividade do I. N. T. P.

Mas há também uma outra verdade, tão «verdadeira» como aquela: nesta hora de inquietante incerteza, mais do que nunca, se torna imperioso e urgente estudar, definir, e realizar dinamicamente, uma doutrina social.

Ela está, felizmente, estudada e definida no Estatuto do Trabalho Nacional. Mas não está realizada e, o que é mais grave, parece estar de cada vez menos realizada.

Se outras provas não tivéssemos da nossa afirmação, bastaria o universal esquecimento da data do 23 de Setembro, para nos abrir bem os olhos e de tal maneira que os não pudessemos mais fechar.

A pobreza e a miséria que vão seguir-se às profundas e nunca imaginadas destruições desta guerra — pobreza que não podemos ter a louca pretensão de supor nos poupará — suscitarão problemas económicos e sociais gravíssimos em todo o mundo.

Como nos vamos preparando para êles? Que esperança e entusiasmo fazemos nascer à volta da doutrina social proclamada repetidas vezes por Salazar, para que, na hora da maior tribulação, os olhos do povo estejam postos no corporativismo português?

A incerteza da resposta a esta pergunta força-nos a dizer, com toda a franqueza, da nossa inquietação.

«O Trabalhador» é um jornal independente, nascido duma grande esperança e animado pelo entusiasmo com que o lêem e o aplaudem muitos milhares de operários e muitos patrões. Nunca foi necessário fazer propaganda dêle, nunca recebeu subsídios de ninguém para que se agüentasse, a-pesar-de tódas as crises de carestia de tudo e a-pesar-de todos os esforços feitos para o aniquillar. Lêem-no pessoas de tódas as classes, de tódas as correntes políticas e sociais.

Jornal independente, orientado apenas pelas sábias e prudentes doutrinas sociais das Encíclicas, não tendo outra ambição que não seja o maior bem da Nação pelo estabelecimento de uma justa e duradoira paz social, «O Trabalhador» propôs-se dar a sua colaboração ao Govêrno para a realização dessa Justiça e tem procurado cumprir o seu dever.

Ninguém pode negar-lhe, portanto, autoridade para falar, nem direito de falar claro.

E' que, por nós, fizemos há muito o nosso exame de consciência e fazêmo-lo dia a dia. E foi no doloroso trabalho de cada dia — sim, doloroso — que foram nascendo as fôrças suficientes para escrever êste artigo, sob o olhar bem mais doloroso dum grande Cristo Crucificado.

345